

Companhia Energética Candeias

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Candeias (“Companhia” ou “CEC”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu relatório anual, contendo uma síntese dos fatos ocorridos e julgados relevantes, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), uma holding do Grupo Global que atua no setor elétrico em todo o território nacional, controlando diversas usinas termelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”).

Constituída em 10 de outubro de 2008 e sediada em Candeias, Bahia, a Companhia tem como objeto social a geração e comercialização de energia elétrica, bem como a execução de atividades correlatas ao seu propósito estratégico.

A CEC tem autorizações do Ministério de Minas e Energia (“MME”) para atuar como Produtor Independente de Energia (“PIE”), permitindo a exploração das Unidades Termelétricas Global I e Global II (“UTES”), cada uma com capacidade instalada de 136,4 MW. Essas autorizações foram concedidas em decorrência do 4º leilão de energia nova, realizado pela ANEEL, viabilizando a geração de energia a partir de janeiro de 2010. As UTES, contratadas sob o regime de disponibilidade, iniciaram operação comercial em maio de 2010 e operam sob demanda do Operador Nacional do Sistema (“ONS”).

Em 21 de dezembro de 2021, as UTES venceram o 1º Leilão de Reserva de Capacidade (“LRCE”), comercializando 252,864 MW em disponibilidade de potência para o período originalmente previsto de julho de 2026 a junho de 2041. O contrato, no entanto, teve sua vigência antecipada e passou a iniciar em outubro de 2025.

Essa modalidade contratual, inédita no setor, prevê o pagamento exclusivo da receita fixa pela disponibilidade de potência das usinas, enquanto a energia efetivamente gerada pode ser livremente negociada pelo agente ou liquidada no Mercado de Curto Prazo (“MCP”) ao preço atualizado do CVU.

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

O Grupo Global adota estratégias voltadas para a sustentabilidade socioambiental, alinhando-se às diretrizes do conceito ESG (“Environmental, Social and Governance”). A Companhia investe continuamente no aprimoramento de sua Governança Corporativa, promovendo gestão preventiva e mitigadora de riscos operacionais e organizacionais.

Como parte de seu compromisso com a transparência e a responsabilidade socioambiental, o Grupo Global elabora e divulga anualmente, em seu portal institucional, o Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro da GPE referente ao ano anterior. Esse relatório traz as ações adotadas pelo Grupo para promover a harmonia entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

As usinas não foram despachadas em 2025, exceto para conservação dos ativos e comprovação de disponibilidade.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras refletem de forma fidedigna os controles adotados e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de maneira objetiva todos os riscos e contingências associados ao negócio.

Considera-se que os indicadores econômico-financeiros, apurados no exercício findo de 2025, estão adequados.

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas. O desempenho econômico-financeiro de 2025, comparativamente ao de 2024, está influenciado por:

- **Receitas de janeiro a fevereiro de 2025:** entre janeiro e fevereiro de 2025, a Companhia continuou a auferir receitas relacionadas aos 37 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) vigente até 13 de fevereiro.
- **Período sem contrato - março a setembro de 2025:** no período de março a setembro de 2025, não havia contrato vigente que permitisse o reconhecimento de receita operacional. Não obstante, a Companhia executou um conjunto de atividades preparatórias e manutenções necessárias para o atendimento ao novo ciclo contratual.
- **Novo contrato - vigência a partir de outubro de 2025 até 2041:** em outubro de 2025 teve início o contrato de reserva de capacidade com vigência até 2041. O contrato garante receita fixa mensal: a energia efetivamente gerada pode ser livremente negociada pelo agente ou liquidada no MCP ao preço atualizado do CVU.

Receita Operacional Líquida (“ROL”): R\$132,757 milhões (R\$375,320 em 2024).

Custos e despesas operacionais: R\$160,835 milhões (R\$266,6 em 2024), redução de 39,7%, impactado principalmente pelo maior consumo de combustível devido à geração de energia em 2024.

Lucro (Prejuízo) Operacional (Lucro Antes do Resultado Financeiro): prejuízo de R\$27,904 milhões (lucro de R\$144,103 milhões em 2024), variação explicada principalmente pelo contexto contratual citado anteriormente.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização): positivo de R\$1,586 milhão (R\$169,483 milhões em 2024).

Resultado financeiro: superavitário em R\$6,001 milhões (superavitário em R\$1,148 milhão em 2024). Essa melhora decorre de caixa retido e aplicado no período.

Lucro Líquido (Prejuízo): prejuízo de R\$14,826 milhões (R\$120,564 milhões em 2024).

Contas a Receber: R\$19,018 milhões (R\$40,313 milhões em 2024), redução influenciada pelo menor saldo de faturamento a vencer no final do último bimestre de 2024.

Capital de Giro: R\$115,176 milhões (R\$139,969 milhões em 2024), redução significativa de R\$24,795 milhões.

Disponibilidades (Caixa e Aplicações Financeiras): R\$25,392 milhões (R\$102,432 milhões em 2024).

Remuneração aos Acionistas (Dividendos Pagos): R\$45,782 milhões (R\$78,455 milhões em 2024), redução estratégica em função do período sem receita.

As projeções de fluxo de caixa da Companhia, aliadas a uma gestão austera e focada na confiabilidade dos ativos, demonstram sua capacidade de absorver integralmente os investimentos realizados e cumprir os compromissos assumidos com bancos e fornecedores.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação da Companhia pelo suporte e confiança depositados ao longo do exercício social de 2025. Agradece, também, de forma especial, a dedicação e competência de seus colaboradores, fundamentais para o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos.

Candeias (BA), 24 de abril de 2026.

Jones Aranha de Sá

Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Candeias
Candeias - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Candeias (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Candeias em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram retificados em relação às demonstrações financeiras originalmente divulgadas daquele exercício, em função dos ajustes decorrentes das alterações nas políticas contábeis adotadas pela Companhia em 2024, no que se refere às taxas de depreciação utilizadas na mensuração de depreciação de seu ativo imobilizado, conforme descrito na nota explicativa nº 4.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

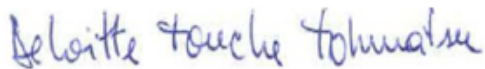
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 24 de abril de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	01/01/2024 (Reapresentado)	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	01/01/2024 (Reapresentado)
CIRCULANTES					CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	5	25.392	102.432	6.933	Fornecedores	14	17.360	9.020	12.539
Contas a receber	6	19.018	40.313	66.552	Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	33.321
Tributos a recuperar	7	6.254	-	-	Obrigações sociais e trabalhistas		3.117	4.142	2.738
Estoques	8	78.689	67.181	44.477	Obrigações tributárias	15	701	2.255	3.054
Outras contas a receber	13	8.758	4.573	3.272	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	5.267	3.581
Total dos ativos circulantes		<u>138.111</u>	<u>214.499</u>	<u>121.234</u>	Dividendos a pagar	18	-	3.030	8.500
					Outros passivos	16	1.757	50.816	3.250
					Total dos passivos circulantes		<u>22.935</u>	<u>74.530</u>	<u>66.983</u>
NÃO CIRCULANTES					NÃO CIRCULANTES				
Tributos a recuperar	7	115	18	28	Tributos diferidos	9	38.037	45.114	34.440
Imobilizado	11	368.534	395.015	419.688	Provisão para riscos legais	17	-	50	103
Intangível	12	80	51	176	Outros passivos	16	5.458	5.660	1.995
Outros ativos não circulantes		-	-	230	Total dos passivos não circulantes		<u>43.495</u>	<u>50.824</u>	<u>36.538</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>368.729</u>	<u>395.084</u>	<u>420.122</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	18	136.571	135.771	135.771
					Reservas de lucros		<u>303.839</u>	<u>348.458</u>	<u>302.064</u>
					Total do patrimônio líquido		<u>440.410</u>	<u>484.229</u>	<u>437.835</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>506.840</u>	<u>609.583</u>	<u>541.356</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>506.840</u>	<u>609.583</u>	<u>541.356</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	132.757	375.320
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	20	(138.751)	(202.134)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO		(5.994)	173.186
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	20	(22.084)	(31.642)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	174	2.559
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(27.904)	144.103
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	7.204	2.317
Despesas financeiras	21	(1.203)	(1.169)
Total		6.001	1.148
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(21.903)	145.251
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	-	(33.098)
Imposto de renda e contribuição social correntes diferidos		7.077	(10.674)
Incentivo fiscal do imposto de renda	22	-	19.085
Total		7.077	(24.687)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(14.826)	120.564
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		(0,288)	2,344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> (Reapresentado)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(14.826)	120.564
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(14.826)</u>	<u>120.564</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024		135.771	27.154	165.076	38.464	-	366.465
Ajuste de Exercícios Anteriores	4	-	-	-	-	71.370	71.370
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024 (REAPRESENTADO)		135.771	27.154	165.076	38.464	71.370	437.835
Lucro líquido do exercício (Reapresentado)	17	-	-	-	-	120.564	120.564
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva de incentivo fiscal	17	-	-	19.085	-	(19.085)	-
Complemento Reserva de Incentivo fiscal 2022		-	-	1.378	-	-	1.378
Dividendos adicionais exercício anteriores (R\$0,748 por lote de mil ações)	17	-	-	-	(38.464)	-	(38.464)
Dividendos intercalares de 2024 (R\$0,001 por lote de mil ações)	17	-	-	-	-	(41)	(41)
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (R\$0,388 por lote de mil ações)	17	-	-	-	-	(19.959)	(19.959)
Juros sobre capital próprio (R\$0,332 por lote de mil ações)	17	-	-	-	-	(17.084)	(17.084)
Complemento de reserva de lucros retidos	17	-	-	-	64.395	(64.395)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (REAPRESENTADO)		135.771	27.154	185.539	64.395	71.370	484.229
Incorporação	1	800	160	12.799	-	-	13.759
Prejuízo do exercício	17	-	-	-	-	(14.826)	(14.826)
Destinação do lucro:							
Dividendos adicionais 2024 (R\$0,803 por lote de mil ações)	17	-	-	-	(42.752)	-	(42.752)
Constituição de reserva	17	-	-	-	71.370	(71.370)	-
Compensação prejuízo acumulado	17	-	(14.826)	-	-	14.826	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		136.571	12.488	198.338	93.013	-	440.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(14.826)	120.564
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	20	29.490	25.380
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	12	159	22
Variação cambial líquida	22	157	(11)
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos do bônus de adimplência	22	-	390
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	22	-	189
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.077)	10.674
Incentivos fiscais		-	(19.085)
(Aumento) Redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		21.295	26.238
Adiantamentos a fornecedores		-	-
Estoques		2.016	(22.704)
Impostos a recuperar		(6.351)	10
Outras contas a receber		(4.185)	(1.301)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		8.183	(3.508)
Impostos a recolher		(575)	24.755
Obrigações sociais e trabalhistas		(1.025)	1.404
Provisão para risco trabalhista		(50)	(53)
Outros passivos		(49.261)	51.231
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(22.050)	214.195
Impostos de renda e contribuição social pagos		(6.246)	(5.968)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		-	(669)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(28.296)	207.558
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível	11 e 12	(2.962)	(373)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.962)	(373)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures		-	(33.231)
Dividendos pagos	18	(45.782)	(78.455)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(45.782)	(111.686)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	102.432	6.933
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	25.392	102.432
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(77.040)	95.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia detém autorização do Ministério das Minas e Energia, conforme as Portarias nº 353, de 20 de dezembro de 2007, e nº 342, de 6 de dezembro de 2007, para atuar como PIE por um período de 35 anos a partir da publicação dessas Portarias. A autorização permite a implantação e exploração das UTEs, resultado do 4º Leilão de Energia Nova realizado pela ANEEL.

Em 21 de dezembro de 2021, a ANEEL realizou o 1º Leilão de Reserva de Capacidade (Leilão nº 11/2021), destinado à contratação de potência (lastro) e energia associada proveniente de usinas termelétricas, com início de suprimento previsto para 1º de julho de 2026 e posteriormente antecipado para 1º de outubro de 2025.

Essa modalidade foi introduzida pela Lei nº 14.120/2021, que permitiu a contratação de potência como produto separado da energia, visando garantir segurança eletroenergética do SIN. Esse contrato estabelece:

- (i) O direito de cada UTE a uma receita fixa mensal para cobrir custos operacionais fixos e despesas administrativas; a receita fixa é liquidada mensalmente pela CCEE, no ciclo próprio da Liquidação Financeira da Reserva de Capacidade.
- (ii) O CVU para definição da receita variável para ressarcimento de custos com combustível, operação e manutenção, caso ocorra efetiva geração de energia, conforme o despacho das UTEs pelo ONS, liquidada no MCP.

1.1. Continuidade operacional

As UTEs entraram em operação comercial em maio de 2010, com prazo de suprimento até 13 de fevereiro de 2025, quando se encerraram o primeiro contrato de suprimento vinculado aos CCEARs. A partir de 14 de fevereiro de 2025, as operações foram suspensas, retomando em 1º de outubro de 2025, com novo prazo de suprimento até 30 de junho de 2041, no qual comercializarão 252,864 MW na modalidade de disponibilidade de potência. Em razão do intervalo de sete meses sem contrato de suprimento, a companhia apurou prejuízo no período, decorrente da interrupção das receitas associadas à comercialização de energia.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração avalia continuamente a capacidade da Companhia de manter suas operações e divulga informações relevantes sobre sua continuidade operacional. A Administração garante que a Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) mantém sua viabilidade operacional.

Contas a receber

Os valores a receber são gerenciados pela CCEE, que controla a inadimplência entre os agentes do setor conforme regulamentação do Poder Concedente. Após análise, a Companhia não identificou necessidade de provisão para perdas, pois não há histórico de inadimplência nem expectativa de perdas futuras.

Estoque

O estoque de combustível será mantido em volume adequado para atender às demandas do ONS. A Administração não prevê perdas na realização do estoque, considerando o aumento dos preços no mercado nacional e internacional.

Incorporação acervo cindido da São Francisco Energia S.A.

Em 30 de janeiro de 2025 foi aprovada a incorporação de parte cindida da São Francisco Energia S.A. pela Companhia Energética Candeias, na data base de 31 de dezembro de 2024. A operação representou aumento de R\$13.759 no patrimônio líquido da companhia, sendo R\$800 no capital social, R\$160 na reserva legal e 12.799 na reserva de incentivos fiscais.

O acervo líquido incorporado está apresentado abaixo:

Peças	5.938	13.524	
Imobilizado	Custo Original	Depreciação	Valor Residual
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.061	-2.003	58
Máquinas e equipamentos	28.473	-28.473	-
Veículos	17	-3	14
Móveis e utensílios	126	-114	12
Computadores e periféricos	309	-184	125
Montagens e instalações	1.839	-1.813	26
	32.825	-32.590	235
TOTAL GERAL DO ATIVO CINDIDO			13.759
PATRIMÔNIO LIQUIDO CINDIDO			
Capital Social	800		
Reserva Legal	160		
Reserva de Incentivos Fiscais	12.799	13.759	
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO CINDIDO			13.759

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), incluindo a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, além das normas da ANEEL, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a emissão e divulgação destas demonstrações financeiras em 24 de abril de 2026, considerando todos os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem impactar os demonstrativos.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir das estimativas contábeis realizadas. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

NE nº 9 - Tributos diferidos

NE nº 11 - Imobilizado - Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”).

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros*Reconhecimento e mensuração inicial*

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. São considerados:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- Como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia.
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia manteve os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (“non-performance”).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação com a responsabilidade de revisar, por meio de seus modelos, todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe interna de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A experiência da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para apoiar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“inputs”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: “inputs” observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: “inputs”, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado em mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição e sua realização se dá por meio da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando há uma expectativa razoável de que os benefícios econômicos futuros decorrentes desses gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando ocorre sua venda ou quando não há mais expectativa de geração de benefícios econômicos futuros por meio do seu uso ou alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo — calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil — é reconhecido na demonstração do resultado no exercício correspondente.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos para identificar eventos ou mudanças nas condições econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar necessidade de ajuste ao valor recuperável. Caso seja identificado que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando-se o ativo ao seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é determinado pelo maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação é calculada com base nas taxas da ANEEL. Quando a vida útil regulatória excede o prazo contratual, a Companhia adota o prazo do contrato (junho de 2041) como limite máximo de depreciação, garantindo que o ativo não seja depreciado por período superior ao da sua utilização econômica prevista.

Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (“forward-looking”).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (“UGC”). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos encargos financeiros e das variações monetárias e/ou cambiais previstas contratualmente.

Os custos associados a essas operações incluem juros e demais encargos incorridos.

Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou desenvolvimento de um ativo que exige um período significativo para sua conclusão, tais custos são capitalizados como parte do valor contábil do ativo correspondente.

Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures que não se enquadram nessa condição são reconhecidos como despesa no exercício em que forem incorridos.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) são calculadas e registradas conforme legislação vigente em impostos correntes.

As alíquotas aplicáveis são:

- IRPJ: 15%, acrescido de um adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual que exceder R\$240.
- CSLL: 9% sobre o lucro tributável.

Na apuração do imposto devido, a Companhia considera a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia usufruiu de benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para atividades de geração de energia. Esse benefício corresponde a uma redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, válido de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2025. O incentivo foi reconhecido como receita no resultado, durante o período necessário para compensação da despesa correspondente, sendo posteriormente destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia também participa de programas de incentivo fiscal, destinando parte do imposto devido para iniciativas de interesse social e cultural, conforme permitido pela legislação:

- Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC - Lei nº 8.313/91): destinação de até 4% do imposto devido.
- Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente: destinação de até 1% do imposto devido.
- Projetos desportivos e paradesportivos (aprovados pelo Ministério do Esporte, conforme Decreto nº 6.180/07, artigo 1º: destinação de até 1% do imposto devido.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

São reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos registrados nas demonstrações financeiras e aqueles utilizados para fins de tributação.

As variações nos ativos e passivos fiscais diferidos durante o exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O ativo fiscal diferido é registrado sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, desde que seja provável a realização futura desses valores por meio de lucros tributáveis. A projeção dos lucros tributáveis futuros é feita considerando a reversão das diferenças temporárias tributáveis aplicáveis.

Caso as diferenças temporárias tributáveis não sejam suficientes para a realização integral dos ativos fiscais diferidos, a Companhia considera os lucros tributáveis futuros ajustados, com base em projeções financeiras.

Os valores contabilizados são periodicamente revisados e ajustados conforme a realização ou liquidação, garantindo a conformidade com a legislação tributária vigente.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuro estimado a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- (a) Tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.
- (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação.
- (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

O contrato de reserva de capacidade foi firmado no ambiente de contratação regulado e livre no Brasil e está registrado na CCEE, responsável pela contabilidade e liquidação do SIN.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física da geração, ajustada proporcionalmente às perdas do sistema, conforme os dados fornecidos pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita ocorre com base nos valores a serem faturados, conforme metodologia e preços estabelecidos em contrato. Esses valores são ajustados conforme os montantes efetivamente gerados, sempre que aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE, que monitoram a exposição líquida da Companhia (diferença entre vendas, geração e compras), resultando no balanço de energia, que credita ou debita diferenças entre a energia contratada e a energia efetivamente gerada, geralmente utilizando o Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

Com base nesses mecanismos, os fluxos de receita da Companhia são classificados em dois tipos:

Receita com Venda da Potência Contratada (Obrigações de Desempenho ao Longo do Tempo): refere-se à parcela fixa do contrato, reconhecida por meio do Contrato de Disponibilidade da Usina. O valor da remuneração anual da Companhia, apresentado na licitação, inclui na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos.

Receita com Venda de Energia (Obrigação de Desempenho em Ponto Específico do Tempo): refere-se à receita variável, oriunda da geração e entrega efetiva da energia. Toda a energia gerada é liquidada no MCP, pela CCEE.

O reconhecimento da receita ocorre quando o controle do produto ou serviço é transferido ao cliente e pode ser mensurado de forma confiável. A mensuração é feita com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

A Companhia avaliou suas transações de receita conforme critérios específicos para determinar sua atuação como agente ou principal e concluiu que atua como principal em todos os seus contratos de receita.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissão e Créditos Certificados	trata do reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono e instrumentos correlatos. A norma orienta sobre classificação como ativo intangível ou estoque, dependendo do modelo de negócio, critérios de mensuração inicial e subsequente e reconhecimento de passivos vinculados a compromissos ambientais.

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos pronunciamentos contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve impacto significativo nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2026

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Alterações em situações que o critério contábil de investimento em coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada basear-se no método da equivalência patrimonial ou no custo, a entidade investidora fica limitada a apresentar, na demonstração dos fluxos de caixa, os fluxos de caixa entre a própria entidade investidora e a entidade na qual participe representados, por exemplo, por dividendos e por adiantamentos.
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	Estabelece requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações contábeis para fins gerais (demonstrações contábeis) para ajudar a garantir que proporcionem informações relevantes que representem fidedignamente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, exceto pelo CPC 51, o qual a Administração da Companhia está avaliando e mensurando os impactos nas demonstrações financeiras, não são esperados impactos relevantes com a adoção destes pronunciamentos.

4. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2025 a Companhia decidiu por corrigir retrospectivamente as vidas úteis e respectivas taxas de depreciação utilizadas para depreciar seu ativo imobilizado os quais estavam sendo apurados em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Para definição das taxas corrigidas foram consideradas aquelas que constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL limitado ao prazo de vigência do contrato de venda de energia (Contrato de Potência de Reserva de Capacidade - CRCAP) que ocorre em 2041. Em decorrência desses ajustes os valores correspondentes estão sendo reapresentados de acordo com as orientações do Pronunciamento Técnico 23 / NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”. Abaixo demonstramos os impactos dessa reapresentação:

Balanços patrimoniais

ATIVOS	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024
	Apresentado		Reapresentado		Apresentado		Reapresentado
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	214.499		214.499	Total dos passivos circulantes	74.530		74.530
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Tributos a recuperar	18		18	Provisão para contingências	50		50
Tributos diferidos	2.801	(2.801)	-	Tributos Diferidos	-	45.114	45.114
Imobilizado	254.088	140.927	395.015	Outras contas a pagar	5.660		5.660
Intangível	51		51	Total dos passivos não circulantes	5.710		50.824
Total dos ativos não circulantes	256.958		395.084	Total dos passivos não circulantes	80.240		125.354
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	135.771		135.771
				Reservas de lucros	255.446	93.012	348.458
				Total do patrimônio líquido	391.217		484.229
Total dos ativos	471.457		609.583	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	471.457		609.583

ATIVOS	01/01/2024	Ajuste	01/01/2024	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01/01/2024	Ajuste	01/01/2024
	Apresentado		Reapresentado		Apresentado		Reapresentado
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	121.233		121.233	Total dos passivos circulantes	66.983		66.983
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Tributos a recuperar	28		28	Provisão para contingências	103		103
Tributos diferidos	2.326	(2.326)	-	Tributos Diferidos	-	34.440	34.440
Outras Cntas a receber	230		230	Outras contas a pagar	1.995		1.995
Imobilizado	311.553	108.136	419.689	Total dos passivos não circulantes	2.098		36.538
Intangível	176		176	Total dos passivos não circulantes	69.081		103.521
Total dos ativos não circulantes	314.313		420.123	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	135.771		135.771
				Reservas de lucros	230.694	71.370	302.064
				Total do patrimônio líquido	366.465		437.835
Total dos ativos	435.546		541.356	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	435.546		541.356

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	Apresentado		Reapresentado	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024
				Apresentado		Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	375.320		375.320	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	(234.925)	32.791	(202.134)	Lucro líquido do exercício	98.922	120.564
LUCRO BRUTO	140.395		173.186	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				Depreciação e amortização	58.171	25.380
Despesas gerais e administrativas	(31.642)		(31.642)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(475)	10.674
Outras receitas operacionais, líquidas	2.559		2.559	Outros Itens não afetados	590	590
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	111.312		144.103	(Aumento) Redução nos ativos operacionais:		
RESULTADO FINANCEIRO				Outros Itens não afetados	2.243	2.243
Receitas financeiras	2.317		2.317	Aumento (Redução) nos passivos operacionais:		
Despesas financeiras	(1.169)		(1.169)	Outros itens não afetados	54.744	54.744
Total	1.148		1.148	Caixa gerado pelas atividades operacionais	214.195	214.195
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	112.460		145.251	Impostos de renda e contribuição social pagos	(5.968)	(5.968)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(669)	(669)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(33.098)		(33.098)	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	207.558	207.558
Imposto de renda e contribuição social correntes diferidos	475	(11.149)	(10.674)	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Incentivo fiscal do imposto de renda	19.085		19.085	Aquisição de imobilizado e intangível	(373)	(373)
Total	(13.538)		(24.687)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(373)	(373)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	98.922	21.642	120.564	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	1,924		2,344	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(33.231)	(33.231)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				Dividendos pagos	(78.455)	(78.455)
	31/12/2024		31/12/2024	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(111.686)	(111.686)
	Apresentado		Reapresentado	AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	95.499	95.499
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	98.922	21.642	120.564	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.933	6.933
Outros resultados abrangentes	-		-	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	102.432	102.432
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	98.922		120.564	AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	95.499	95.499

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	21	11
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>25.371</u>	<u>102.421</u>
Total	<u>25.392</u>	<u>102.432</u>

As aplicações financeiras estão majoritariamente concentradas no Fundo de Caixa GPE Securitadas com rendimento médio de 101,9%, em operações compromissadas com remuneração que varia de 90% a 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e em CDB (Certificado de Depósito Bancário) com remuneração entre 100% e 102% do CDI. Todas as operações de liquidez imediata, realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez e baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Valores a vencer	9	713
Valores a faturar	<u>19.009</u>	<u>39.600</u>
Total	<u>19.018</u>	<u>40.313</u>

Valores a receber correspondentes à disponibilidade e ao fornecimento de energia elétrica, conforme CRCAP, com prazo de vencimento inferior a 60 dias. Os valores a faturar correspondem às medições reconhecidas por competência.

A Companhia analisou seu histórico de recebimentos e concluiu que não está exposta a risco de crédito elevado, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras. Além disso, os montantes a receber referentes à energia de curto prazo são gerenciados pela CCEE, que controla a inadimplência entre os participantes do setor com base em regulamentações emitidas, reduzindo o risco de crédito das transações. Dessa forma, após análise detalhada, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas, uma vez que se mostram irrelevantes, controláveis e sem histórico significativo de inadimplência.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS	579	-
COFINS	2.614	-
Imposto de renda	2.007	-
Contribuição social	1.170	-
Outros	-	18
Total	<u>6.370</u>	<u>18</u>
Circulante	6.255	-
Não circulante	<u>115</u>	<u>18</u>
Total	<u>6.370</u>	<u>18</u>

8. ESTOQUES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Combustível	34.737	36.475
Almoxarifado de peças para manutenção	43.930	30.706
Outros estoques	<u>22</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>78.689</u></u>	<u><u>67.181</u></u>

A Companhia realiza inventário e inspeções regulares e não identificou necessidade de provisionar perdas sobre o estoque.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
		Reapresentado
Prejuízos fiscais e base negativa	15.047	-
Participação nos lucros e resultado	437	751
Pesquisa e desenvolvimento	2.270	2.049
Depreciação Fiscal x Societária	(55.812)	(47.915)
Outras diferenças temporárias	<u>21</u>	<u>1</u>
Total	<u><u>(38.037)</u></u>	<u><u>(45.114)</u></u>

Os impostos diferidos referentes a diferenças temporárias realizar-se-ão no transcorrer dos exercícios de 2026 e 2027.

10. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Fornecedor</u>		
Global Engenharia LTDA (a)	<u>2.605</u>	<u>3.413</u>
<u>Transações</u>		
<u>Custos com Manutenção e operação</u>		
Global Engenharia LTDA (a)	<u>37.844</u>	<u>49.890</u>

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora é a GPE.

(a) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção ("O&M") da usina, conforme NE nº 14.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, Diretoria e Conselho são estabelecidos em Assembleia Geral de Acionistas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia pagou o total de R\$3.530 (R\$5.289 em 2024), sendo R\$1.955 em remuneração fixa (R\$4.101 em 2024) e R\$1.575 em remuneração variável (R\$1.188 em 2024). Esses valores referem-se à remuneração de benefícios de curto prazo concedidos à Administração e aos empregados da Companhia. Não há remuneração baseada em benefícios de longo prazo ou programas de opções para o pessoal-chave da Administração.

11. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Almoxarifado	Imobilizado em curso	Veículos	Monstagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	(*)	(*)	6,25%	(*)	16,67%	(a)	-	14,29%	(*)	
Custo corrigido										
Saldos em 1º de janeiro de 2024 - Reapresentado	4.098	216.937	1.415	499.444	1.331	9.875	212	78	2.057	735.447
Adições	-	-	-	7	-	-	299	44	-	350
Baixa	-	-	(12)	(39)	(8)	-	(15)	-	-	(74)
Reclassificação	-	-	14	92	30	-	(136)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024 - Reapresentado	4.098	216.937	1.417	499.504	1.353	9.875	360	122	2.057	735.723
Adições	-	-	-	7	23	-	3.110	-	2	3.142
Incorporação	-	2.061	126	28.473	309	-	-	17	1.839	32.825
Baixa	-	(79)	(9)	-	(71)	-	-	-	-	(159)
Transferências	-	(1)	55	356	254	-	(728)	-	64	-
Reclassificação	-	80	(4)	(77)	6	-	(237)	2	-	(230)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.098	218.998	1.585	528.263	1.874	9.875	2.505	141	3.962	771.301
Depreciação acumulada										
Saldos em 1º de janeiro de 2024 - Reapresentado	-	(60.383)	(1.012)	(252.419)	(1.104)	-	-	(30)	(811)	(315.759)
Adições	-	(6.950)	(77)	(17.712)	(131)	-	-	(57)	(74)	(25.001)
Baixa	-	-	6	41	5	-	-	-	-	52
Saldos em 31 de dezembro de 2024 - Reapresentado	-	(67.333)	(1.083)	(270.090)	(1.230)	-	-	(87)	(885)	(340.708)
Adições	-	(12.737)	(49)	(16.452)	(117)	-	-	(8)	(77)	(29.440)
Incorporação	-	(2.004)	(114)	(28.476)	(185)	-	-	(3)	(1.813)	(32.595)
Baixa	-	-	2	77	72	-	-	-	-	151
Reclassificação	-	-	-	(175)	-	-	-	-	-	(175)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	(82.074)	(1.244)	(315.116)	(1.460)	-	-	(98)	(2.775)	(402.767)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2025	4.098	136.924	341	213.147	414	9.875	2.505	43	1.187	368.534
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2024 - Reapresentado	4.098	149.604	334	229.414	123	9.875	360	35	1.172	395.015
Saldos líquidos 1º de janeiro de 2024 - Reapresentado	4.098	156.554	403	247.025	227	9.875	212	48	1.246	419.688

(a) Estoque com expectativa de utilização com mais de 12 meses, conforme estabelece o pronunciamento CPC 27 - Imobilizado, item 8.

(b) A depreciação dos ativos é calculada com base nas taxas da ANEEL. Quando a vida útil regulatória excede o prazo contratual, a Companhia adota o prazo do contrato como limite máximo de depreciação, garantindo que o ativo não seja depreciado por período superior ao da sua utilização econômica prevista.

(*) Itens com vida útil regulatória que excedem o prazo contratual.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia revisa anualmente os valores contábeis de seus ativos imobilizados para avaliar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Caso haja indícios de desvalorização, o valor recuperável do ativo é estimado com base em testes de recuperabilidade. Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indicadores que justificassem ajustes no valor recuperável dos ativos.

12. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

		31/12/2025		31/12/2024	
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de software	20%	2.311	(2.231)	80	51
Direito de passagem - servidões	4,8%	1.771	(1.771)	-	-
Total		<u>4.082</u>	<u>(4.002)</u>	<u>80</u>	<u>51</u>

Movimentação a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>176</u>
Adições	23
Amortização	<u>(148)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>51</u>
Adições	55
Amortização	<u>(26)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>80</u>

Os ativos intangíveis da Companhia têm vida útil finita e foram mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

As taxas de amortização aplicadas são as seguintes: direitos de uso de software: amortização de 20% ao ano; e direito de passagem (custo de constituição das faixas de servidão): amortização de 4,8% ao ano, em conformidade com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 2025.

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a funcionários	16	20
Adiantamento a fornecedor	5.811	4.157
Despesas antecipadas	<u>2.931</u>	<u>396</u>
Total	<u>8.758</u>	<u>4.573</u>

14. FORNECEDORES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Global Engenharia Ltda (a)	2.605	3.413
Hyundai Heavy Ind. CO Ltd.	10.460	-
ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico	-	2.148
AXA Seguros S.A	2.370	-
Carl Baguhn Barranquilla S.A.	1.567	-
Outros fornecedores	<u>358</u>	<u>3.459</u>
Total	<u><u>17.360</u></u>	<u><u>9.020</u></u>

(a) Contrato de O&M da usina, conforme nota explicativa nº 10.

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
INSS serviços de terceiros	313	251
PIS - Programa de integração social	-	320
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (a)	1	1.482
IRRF serviços de terceiros	-	-
PIS/COFINS/CSLL retidos	261	-
ICMS e DIFAL	78	-
Outros tributos a recolher	<u>48</u>	<u>202</u>
Total	<u><u>701</u></u>	<u><u>2.255</u></u>

16. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2025	31/12/2024
Pesquisa & desenvolvimento	6.916	6.419
Material em comodato	-	49.758
Adiantamento de clientes	<u>299</u>	<u>299</u>
	7.215	56.476
Circulante	1.757	50.816
Não Circulante	5.458	5.660

17. RISCOS LEGAIS E CONTINGENCIAIS

A Companhia está sujeita a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisões adotada considera os riscos de perda em ações judiciais, garantindo que, quando a perda é classificada como provável, seja realizado o provisionamento de 100% do valor devido, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Trabalista	964	1.490
Cível	76	-
Tributário	<u>1.296</u>	<u>-</u>

Movimentação das contingências perdas prováveis:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	309
Reversões e Pagamentos	<u>(206)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	103
Reversões e Pagamentos	<u>(53)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	50
Reversões e Pagamentos	<u>(50)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u><u>-</u></u>

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$136.571 (R\$135.771 em 2024), representado por 53.235.722 ações (51.426.993 em 2024), distribuído da seguinte forma:

Acionista	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	47.379.795	89,000%	45.770.024	89,000%
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	5.142.699	9,660%	5.142.699	10,000%
Maria da Graças Borjes Nunes Fernandes	514.270	0,966%	514.270	1,000%
José Cordeiro de Almeida Neto	54.262	0,102%	-	-
Valfredo de Assis Ribeiro Filho	54.262	0,102%	-	-
Jarbas Rodrigues Benevides	9.044	0,017%	-	-
José Celso Moraes dos Santos Júnior	9.044	0,017%	-	-
Cassiano José Souza da Silva	9.044	0,017%	-	-
Eduardo José Andrade Freire de Lima	9.044	0,017%	-	-
Juliano Souza Matos	9.044	0,017%	-	-
Rodrigo Santana do Amaral	9.044	0,017%	-	-
Aderaldo Bruno Modesto de Menezes	7.234	0,014%	-	-
Antonio Raymundo Tavares Ferreira	7.234	0,014%	-	-
Ricardo França Ricciardi	7.234	0,014%	-	-
Alexandre Alves da Silva	7.234	0,014%	-	-
Mário Amora Ramos	7.234	0,014%	-	-
Total	<u><u>53.235.722</u></u>	<u><u>100%</u></u>	<u><u>51.426.993</u></u>	<u><u>100%</u></u>

Reserva legal

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social. No exercício, a Companhia apurou prejuízo, razão pela qual não houve constituição de Reserva Legal, conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, que condiciona essa constituição à existência de lucro líquido no exercício. O acréscimo R\$160 foi decorrente da incorporação da parcela correspondente do Patrimônio Líquido da São Francisco Energia S.A., no âmbito do processo de reorganização societária. Esse aumento refere-se à transferência proporcional da Reserva Legal da incorporada.

Parte do saldo da Reserva Legal (R\$ 14.826) foi destinada à compensação do prejuízo apurado no exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.154
Incorporação (NE 1)	160
Compensação do Prejuízo do exercício	<u>-14.826</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u><u>12.488</u></u>

Reserva de incentivo fiscal

A Companhia usufrui de incentivo fiscal relacionado ao Imposto de Renda, reconhecido diretamente na demonstração do resultado. Em conformidade com a legislação vigente, esse montante não pode ser distribuído aos acionistas, sendo registrado em reserva específica.

No exercício, a Companhia apurou prejuízo fiscal, razão pela qual não houve destinação de lucros para a Reserva de Incentivos Fiscais, conforme previsto no art. 195-A da Lei nº 6.404/76.

Apesar disso, a Reserva de Incentivos Fiscais apresentou um aumento de R\$12.799, decorrente da incorporação da parcela correspondente do Patrimônio Líquido da São Francisco Energia, no âmbito do processo de reorganização societária.

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>165.076</u>
Constituição	<u>20.463</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	185.539
Incorporação	<u>12.799</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u><u>198.338</u></u>

Excesso de reservas de lucros retidos

Nos termos do artigo 199 da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76), o saldo das reservas de lucros não pode ultrapassar o capital social, exceto para reservas de contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar. Caso o limite seja atingido, a assembleia geral deve deliberar sobre a aplicação do excesso na capitalização da Companhia ou distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, considerando as exceções previstas na legislação, a Companhia mantinha um saldo de R\$93.013 na reserva de lucros.

Lucro líquido básico e diluído por ação

O lucro por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
		Reapresentado
Lucro líquido do exercício	(14.826)	120.564
Média ponderada de ação por lote de mil	53.092	51.427
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>(0,279)</u>	<u>2.344</u>

Dividendos

A Companhia outorga a seus acionistas o direito de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado, conforme previsto na legislação societária, da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
		Reapresentado
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(14.826)	120.564
Reserva de Incentivos Fiscais	-	(19.085)
Base para dividendos	<u>(14.826)</u>	<u>101.479</u>
Dividendo Mínimos Obrigatórios 25%	<u>-</u>	<u>25.370</u>

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2024 e 2025 está apresentado a seguir:

<u>Deliberação</u>	<u>Natureza de remuneração</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação</u>
2024			
RCA de 28 de março de 2024	JSCP 1.º trim/2024	1.000	0,019
AGOE de 11 de abril de 2024	Dividendos adicionais 2023	38.464	0,748
RCA de 21 de maio de 2024	Dividendos intercalares 1º trimestre/2024	11.000	0,214
RCA de 27 de junho de 2024	JSCP 2.º trim/2024 e retroativo 2019	11.735	0,228
RCA de 15 de julho de 2024	Dividendos intercalares 2º trimestre/2024	9.000	0,175
RCA de 30 de setembro de 2024	JSCP 3.º trim/2024	784	0,015
RCA de 23 de dezembro de 2024	JSCP 4.º trim/2024	3.565	0,069
2025			
RCA de 20 de janeiro de 2025	Dividendos adicionais 2024	42.000	0,791
AGOE de 09 de abril de 2025	Dividendos adicionais 2024	752	0,014
Saldo dividendos a pagar 2023			<u>8.500</u>
Dividendos propostos referente a 2023			38.464
Dividendos Intercalares 2024			41
Juros sobre capital próprio			17.084
IRRF sobre juros sobre capital próprio			(2.563)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024			19.959
Dividendos pagos			<u>(78.455)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2024			3.030
Dividendos propostos referente a 2024			42.752

19. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de venda de energia (a)	51.930	102.148
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	103.516	315.587
Deduções de venda		
Cancelamentos	(7.708)	(36)
PIS	(2.438)	(6.893)
COFINS	(11.228)	(31.745)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(1.315)	(3.741)
Total	<u>132.757</u>	<u>375.320</u>

- (a) Receita de venda de energia: receita variável, referente à energia firme gerada e transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.
- (b) Receita com venda da potência contratada: receita fixa, reconhecida conforme o contrato de disponibilidade da usina. Representa a remuneração anual da Companhia, definida no leilão, e inclui a recuperação de alguns custos.

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
		Reapresentado
Custos e despesas com pessoal e administradores	(12.012)	(17.971)
Depreciação e amortização	(29.490)	(25.380)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(24.227)	(25.056)
Custos com manutenção e operação (a)	(82.007)	(148.685)
Custos e despesas com seguros	(1.759)	(2.851)
Despesas com viagens e comunicações	(191)	(219)
Serviços de terceiros	(3.196)	(2.657)
Assessoria e consultoria	(2.841)	(6.872)
Tributos	(1.797)	(2.212)
Outras despesas (receitas)	(3.141)	686
Total	<u>(160.661)</u>	<u>(231.217)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(138.751)	(202.134)
Despesas gerais e administrativas	(22.084)	(31.642)
Outras receitas operacionais, líquidas	174	2.559
Total	<u>(160.661)</u>	<u>(231.217)</u>

- (a) O aumento nos custos em 2024 decorreu principalmente do maior consumo de combustível em razão da geração e da realização de manutenções significativas nas instalações das UTEs, incluindo reparos em linhas de transmissão, testes de disponibilidade de potência, revisões gerais de motores, entre outros.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	7.082	2.036
PIS e COFINS sobre receita financeira	(344)	(110)
Variações cambiais positivas	166	51
Outras receitas financeiras, líquidas	300	340
Subtotal	<u>7.204</u>	<u>2.317</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos (a)	-	(390)
Amortização de custo de captação	-	(189)
Variações cambiais negativas	(323)	(40)
Outras despesas financeiras, líquidas	(880)	(550)
Subtotal	<u>(1.203)</u>	<u>(1.169)</u>
Total	<u><u>6.001</u></u>	<u><u>1.148</u></u>

(a) Refere-se à 6ª emissão de debêntures. Vide NE nº 15.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado do exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
		Reapresentado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(21.903)	145.251
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	-	(49.385)
Diferenças temporárias e permanentes:		
Diferenças Temporárias	7.897	11.149
Juros sobre capital próprio	-	5.809
Demais adições e exclusões	(820)	(671)
Subtotal	<u>-</u>	<u>(33.098)</u>
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)	-	19.085
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.077	(10.674)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u><u>7.077</u></u>	<u><u>(24.687)</u></u>

(*) A Companhia tem projeto aprovado pela Sudene, que concede uma redução de 75% no imposto de renda sobre o lucro da exploração. Esse benefício é aplicado ao cálculo dos impostos correntes, considerando as alíquotas reduzidas no exercício em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

CEC	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Ativos financeiros</u>	<u>CA</u>	<u>CA</u>
Caixa e equivalentes de caixa	25.392	102.432
Contas a receber de clientes e outros	19.018	40.313
Outras contas a receber	8.758	4.573
<u>Total</u>	<u>53.168</u>	<u>147.318</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Passivos financeiros</u>	<u>CA</u>	<u>CA</u>
Fornecedores	17.360	9.020
Dividendos a Pagar	-	3.030
Outros passivos	7.215	56.476
<u>Total</u>	<u>24.575</u>	<u>68.526</u>

CA – Custo amortizado

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia está exposta a riscos provenientes de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, os principais riscos identificados são: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos, sendo suas políticas voltadas à identificação e análise dos riscos, definição de limites e controles apropriados, além do monitoramento contínuo para garantir a conformidade com as diretrizes estabelecidas. Essas políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia busca manter um ambiente disciplinado e controlado, garantindo que seus empregados tenham plena consciência de suas atribuições e obrigações. A Controladoria supervisiona o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, avaliando continuamente a adequação da estrutura adotada.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir, porém não são afetadas por eles, conforme segue:

Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais. Esse risco decorre, principalmente, das contas a receber de clientes e dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Embora haja concentração de contas a receber e receitas decorrentes de cliente, a Companhia considera que não há risco significativo de inadimplência por parte desse cliente.

No que se refere às instituições financeiras, a Companhia realiza operações exclusivamente com aquelas classificadas como de baixo risco, conforme avaliações de agências de classificação.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e não identificou exposição significativa ao risco de crédito. Eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras. Além disso, os montantes a receber de energia de curto prazo são gerenciados pela CCEE, que distribui a inadimplência entre os participantes setoriais, conforme regulamentações, reduzindo o risco de crédito nas transações.

Risco de liquidez

Refere-se à possibilidade de a Companhia encontrar dificuldades para cumprir suas obrigações financeiras. O objetivo da gestão de liquidez é garantir, na medida do possível, que haja recursos suficientes para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais quanto em cenários de estresse, evitando perdas significativas ou impactos na reputação.

A administração da liquidez é conduzida de forma a assegurar que a Companhia sempre disponha de recursos para honrar seus passivos financeiros nos prazos estabelecidos.

A Companhia elabora projeções de fluxo de caixa e monitora continuamente suas necessidades de liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento da dívida e a geração de caixa, assegurando a manutenção de um saldo disponível suficiente para cobrir as despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras. Essa análise exclui o impacto de eventos externos imprevisíveis, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

A Companhia não tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, como aquelas relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outras obrigações. Além disso, as cláusulas restritivas existentes foram monitoradas adequadamente e não impactaram a capacidade operacional da Companhia nem a condução normal de suas atividades.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Passivos financeiros	2026	2027
Fornecedores	17.360	-
Outras contas a pagar	<u>1.757</u>	<u>5.458</u>
Total	<u>19.117</u>	<u>5.458</u>

Risco de mercado

Decorre das oscilações em taxas de câmbio e juros, que podem afetar os ganhos da Companhia e o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar e mitigar suas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, maximizando os retornos financeiros.

Taxa de câmbio

Advém da possibilidade de perdas decorrentes das flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. No entanto, a Companhia não tem compromissos significativos de compras em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos. Em 2025 a Companhia obteve uma variação cambial líquida negativa de R\$157 (positiva de R\$1 em 2024 e negativa de R\$3 em 2023).

Taxa de juros

Este risco está relacionado a possíveis perdas decorrentes de variações nos indexadores das dívidas, que podem aumentar as despesas financeiras com empréstimos e financiamentos ou reduzir a receita financeira das aplicações da Companhia. Para mitigar esse risco, a Companhia tem buscado negociar empréstimos e financiamentos correntes com taxas adequadas ao retorno esperado do negócio, além de concentrar seus investimentos em operações com rentabilidade próxima ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025, considerando uma variação de 10%.

A análise assume que os instrumentos financeiros permaneceram em aberto durante todo o exercício seguinte, com um rendimento esperado conforme as taxas vigentes em 31 de dezembro de 2024. O percentual de 10% foi definido como referência para a sensibilidade das taxas de juros, sendo utilizado internamente pela Administração para avaliação dos riscos relacionados ao CDI.

Um número negativo indica redução no resultado e no patrimônio caso as taxas de juros diminuam em 10%, mantendo-se as demais variáveis constantes. Um aumento nas taxas de juros no mesmo percentual teria um impacto positivo equivalente no resultado e no patrimônio líquido.

<u>Saldo de aplicação financeira</u>	<u>CDI em 31/12/2025</u>	<u>Variação de 10% do CDI</u>	<u>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</u>
25.371	14,90%	13,41%	(378)

Gestão do capital social

A Companhia administra e ajusta sua estrutura de capital conforme as mudanças nas condições econômicas. Para isso, pode modificar o pagamento de dividendos aos acionistas, realizar a devolução de capital ou emitir novas ações. O monitoramento do capital é realizado por meio do índice de alavancagem, calculado pela relação entre dívida líquida e patrimônio líquido. A dívida líquida considera empréstimos e financiamentos sujeitos a juros, fornecedores, descontados o caixa e equivalentes de caixa.

	31/12/2025	31/12/2024
		Reapresentado
Fornecedores (Nota 12)	17.360	9.020
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	<u>(25.392)</u>	<u>(102.432)</u>
Dívida líquida	(8.032)	(93.412)
Patrimônio líquido	<u>475.266</u>	<u>391.217</u>
Índice de alavancagem	<u>-2%</u>	<u>-24%</u>

Quanto à escassez de combustível

A Companhia mantém um contrato de promessa de compra e venda mercantil para comercialização de óleo combustível (OC-CMB) com a Refinaria Mataripe S.A. em caráter de exclusividade. Conforme estabelecido no contrato, a Refinaria Mataripe assegura o fornecimento do combustível na quantidade necessária para garantir a geração contínua de energia, caso haja despacho pelo Operador Nacional do Sistema (“ONS”). O contrato prevê penalidades (multas) em caso de não atendimento do volume requisitado.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia, por política interna, não utilizou instrumentos financeiros derivativos. Dessa forma, não houve exposição a riscos associados a esses instrumentos.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A seguir, são apresentadas as transações do período que não afetaram diretamente o caixa e os equivalentes de caixa:

Exercício de 2025

Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$10.364;

Incorporação do acervo cindido da São Francisco Energia (NE 1).

Exercício de 2024

Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$16.122.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de fevereiro de 2026 ocorreu uma cisão parcial da Companhia com incorporação da parcela cindida pela coligada São Francisco Energia, visando a recomposição do acervo imobilizado das Usinas Apoena, Curumim e Guarani, para participação em futuro leilão de reserva de capacidade.
